

Espiritualidade Negra

Este livro resulta da pesquisa desenvolvida por Maria Lúcia Gomes dos Prazeres no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião na Universidade Católica de Pernambuco, onde ela defendeu com brilhantismo uma dissertação de mestrado sobre o Projeto Cultural Terça Negra. Lúcia é uma guerreira que trabalha com educação popular para promover jovens pobres no Recife, uma artista que articula grupos de dança e música para empoderar a gente negra da periferia, uma contadora de histórias que resgata com poesia a força espiritual da cultura afro-negro-pernambucana. Dá gosto sentir a energia que vibra em seus textos e palestras, na sua presença, sempre firme e ridente.

Então, com essa trajetória, ela se lançou sobre a Terça Negra: um dos maiores eventos político-culturais do Movimento Negro Unificado de Pernambuco. Surgido no ano 2000 por trás do Correio Central e logo transferido para o Pátio de São Pedro, no Recife, constitui uma estratégia de enfrentamento ao racismo e a toda forma de discriminação, promovendo no centro da cidade encontros semanais com grupos artísticos e religiosos que trabalham com base na raiz cultural afro. Entre uma apresentação e outra, desabrocham discussões sobre políticas públicas de promoção da igualdade racial e de defesa dos direitos humanos.

Mas o que interessou precipuamente a Lúcia nessa pesquisa em torno da Terça Negra foi um conjunto de narrativas de lideranças femininas do Afoxé Alafin Oyó, do Bloco Afro Raízes de Quilombo e do Maracatu Leão Coroado, protagonistas tradicionais dos encontros no Pátio de São Pedro, para em diálogo com as Ciências da Religião e suas substâncias conceituais aglutinantes, desenovelar e discutir a relação que estabelecem entre dança, música e a vivência da espiritualidade, do sagrado. Lúcia acabou levantando

a história do Projeto a partir da memória de seus fundadores, resgatando os elementos da visão afro de mundo que é repassada pelos grupos culturais da Terça Negra, revelando uma percepção de sagrado que se esconde e se manifesta, sobretudo, nos testemunhos das suas coordenadoras.

Sagrado é todo objeto ou pessoa, tempo ou espaço, que ganha caráter simbólico e abre um portal para a experiência do divino, da transcendência, da santidade. Neste livro, em que reapresenta a sua pesquisa para o grande público, Lúcia dos Prazeres nos ajuda, prazerosamente, a perceber os contornos telúricos de práticas espirituais que transparecem na Terça Negra e não afastam a gente nem dos corpos e nem da política, mostrando, como alternativa a uma “religião do indivíduo e seu clã em busca da intervenção dos Céus”, a possibilidade de uma outra: “religiosidade da humanidade e da Terra”. Em que o mistério da vida transparece entre nós, despertando místicas de apreço e cuidado com a comunidade de Santo, de engajamento na luta por ampla justiça socioambiental.

Mas o livro de Lúcia não fala somente de coisas divinas e belas, lembra a escravidão negra, para que não se repita nada parecido. E faz memória das lutas libertárias do povo negro, entre e para além das leis (afinal, a escravidão era legal, apesar de imoral), para que o movimento político popular de resistência se reforce com o fator étnico, no Brasil e no mundo, promovendo todas as pessoas e afirmando, com o direito surgido nas ruas e nos campos, que as vidas negras importam.

Para falar disso, em Pernambuco, normalmente se evoca Joaquim Nabuco, que se bateu pela liberdade nesta terra e pela abolição da escravatura na história humana. Ele remarcou, de fato, que esta foi uma sociedade de escravidão: “... seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus

encantamentos... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte”.

Mas a escravidão não foi nada idílica ou poética, nem aqui nem em parte alguma, e o racismo de pele que o justificava foi matizado pelo “colorismo” e pelo racismo culturalista, que justifica a dominação de povos “atrasados”, misturando os negros com outros empobrecidos, em um pacto de intelectuais com os donos do poder para perpetuar uma sociedade cruel, forjada na escravidão. Esse é o pilar de sustentação de nossa elite, aqui e Brasil afora, a elite do atraso, que se locupleta até hoje em trabalho análogo ao da escravidão.

A propósito, Charles Darwin esteve aqui em Olinda no século XIX e disse que nunca mais voltaria ao nosso país, “terra de escravidão e, portanto, de aviltamento moral”, anotando ainda no seu diário: “Lembro-me vivamente do momento doloroso que senti quando passei por uma casa em Pernambuco. Ouvi os mais angustiosos gemidos e não tinha dúvida nenhuma de que algum miserável escravo estava sendo torturado”. Pois, qualquer um que passe pela nossa terra hoje, cento e tantos anos depois, certamente ainda vai se espantar com uma sociedade intolerante, de uma intolerância que é racista e classista.

Porém, e esse é o mistério que Lúcia nos ajuda a celebrar por meio da Terça Negra, certamente vai se assombrar ainda mais com a sabedoria de negros e de negras que estão se incluindo socialmente com um mínimo apoio de cotas reparadoras e a despeito do genocídio da juventude negra; vai se encantar com o brilho de artistas e sábios negros, com o sorriso das mulheres de Terreiro, de negras poderosamente animadas pelo axé, distribuindo beleza e resiliência, ocupando e transformando o espaço público e as instituições do Estado, reconstruindo com muita garra e humanidade as famílias de sangue e de fé.

Por ocasião da defesa da dissertação de Lúcia, falei empolgado sobre o tema com uma colega e ela me perguntou: “e desde quando você é negro, meu filho?”. Foi preciso lembrar-lhe, então, que no Brasil todo mundo tem sangue de negro e de índio: os mais pobres têm nas veias, e os mais ricos têm esse sangue nas mãos. Precisamos tomar consciência disso, para poder ir construindo outro pacto, contra-hegemônico e antirracista, uma nova narrativa, decolonizadora e inclusiva, para o nosso país.

E, entrando na seara religiosa, como é triste perceber que muitos dos que se dizem por aqui discípulos de Jesus se deixam mover pela intolerância e pelo espírito de desamor e dão testemunho de um deus mesquinho e cruel que, se existisse, mereceria o desprezo de todos. Enquanto isso, a beleza dançante dos xirês das religiões afro-indígenas nos revela uma presença do Espírito Divino no amor das pessoas, na comunhão com a natureza e na resistência das culturas quilombolas oprimidas.

No Brasil, a cada quinze horas surge uma denúncia de discriminação religiosa e a maioria dos fatos envolve o Povo de Santo das religiões afro-indígenas-brasileiras, com cultos de imprecações cristãs contra os seus Terreiros e agressões aos seus símbolos e aos seus membros. Não é à toa que o 21 de janeiro, desde 2007, é Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, justo por causa da morte de Mãe Gilda, vítima de agressões por cristãos ao seu candomblé. Pessoas muçulmanas e ciganas até são agredidas, mas a intolerância religiosa no Brasil é também racista e classista, refletindo uma negação da distribuição equânime dos bens comuns: valores cristãos são usurpados para se matar as divindades dos índios e negros – e depois tirar suas terras ou desarticular suas lutas por direitos e dignidade.

Esse fundamentalismo religioso tem levado entre nós a um conservadorismo moral, de fundo aparentemente evangélico, usado para acobertar um projeto autoritário de liberalismo econômico e exploração

popular, por políticos que transformam a tribuna em púlpito e conclamam desfiles das suas legiões contra os demônios que se escondem, supostamente, em outras religiões e filosofias. Não se trata de criticar as pessoas que gostam do evangelho e criam comunidades em torno dele para promover mais vida, mas de questionar um projeto de dominação articulado por algumas lideranças evangélicas e católicas, que consiste inclusive em um cisma com respeito à tradição profética do cristianismo.

Quem queima os símbolos sagrados dos outros está amolando as facas e quem violenta o outro por causa da sua religião é criminoso e não religioso. Contra essa teologia devemos lembrar que os cultos animados do próprio pentecostalismo cristão surgiram foi do diálogo com o movimento negro nos Estados Unidos e, aliás, que o Jesus histórico tem mais a ver com o Egito e a África do que com a Europa da Península Ibérica, que nos colonizou com essa imagem de um Cristo branquinho. Contra esse discurso podemos invocar a laicidade: o Estado brasileiro é laico e pluralista, acolhe todas as religiões sem aderir a nenhuma. Não é lícito que uma religião imponha à nação seus pontos de vista e não podemos deixar os espaços públicos republicanos ser ostensivamente ocupados e controlados por quaisquer comunitarismos ou igrejas. Uma autoridade pode ter convicções religiosas, mas não é por elas, mas pelas leis e pelo espírito democrático que deve governar, sendo necessário traduzir as motivações religiosas pessoais em argumentos para o debate público em favor do bem comum.

O direito de criticar crenças, de quaisquer tradições religiosas ou convicções filosóficas, é assegurado como liberdade de expressão pela República brasileira; mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de alguma crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis. A liberdade religiosa está assegurada no art. 5º da Constituição Federal nos incisos VI e VII; já a intolerância

religiosa é considerada crime de ódio por ferir a liberdade e a dignidade humana, pela Lei n. 9.459, de 1997: o art. 20 dessa lei prevê pena de reclusão de um a três anos e multa para quem “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. E não é preciso dizer aqui que as leis de silêncio e normas de abate animal não se aplicam ao sagrado direito de culto e à imolação ritual dos terreiros. Mas quanto preconceito ainda resta!

Para enfrentar a intolerância e o racismo temos legislação e políticas, mas precisamos mesmo é de (re)educação. A escola também pode terapeutizar a vivência da religião e as relações entre as religiões, seja pelas ações transversais da Lei 10.639/2003, que trata da História e Cultura Afro-Brasileira, seja pelo Ensino Religioso não confessional, como lugar de aprendizagens críticas e transdisciplinares dos conhecimentos espirituais, enquanto patrimônio cultural da humanidade. Cabe à comunidade educativa refletir sobre as diversas experiências religiosas que a cercam, analisar o papel dos movimentos e tradições na estruturação e manutenção das culturas, rompendo com relações de poder que encobrem e naturalizam discriminações e preconceitos. Cabe à escola refletir sobre o fenômeno humano de abertura para a transcendência, em busca de interpretações mais universais e significados mais profundos para o que é experimentado como sagrado em cada cultura.

Nesse sentido, o belo livro de Lúcia dos Prazeres traz um grande contributo, mostrando que outras espiritualidades são possíveis, que negro também é cor divina. Suas narrativas resgatam para educadores de novas gerações os heróis negros da história que nem Zumbi, cuja cabeça foi exposta aqui perto, no centro do Recife. Precisamos evidenciar memórias assim, precisamos ajudar a meninada a ecoar as palavras de um sapateiro ali do bairro de São José, o grande poeta negro Solano Trindade: “Ouço um novo

canto, Que sai da boca, de todas as raças, Com infinidade de ritmos... Canto que faz dançar, Todos os corpos, De formas, E coloridos diferentes... Canto que faz vibrar, Todas as almas, De crenças, E idealismos desiguais... É o canto da liberdade, Que está penetrando, Em todos os ouvidos...”. Que assim seja!

Gilbraz Aragão,

coordenador do Observatório das Religiões da UNICAP

(www.unicap.br/observatorio2)